



NOTAS SOBRE O PAPEL DAS CONGREGAÇÕES RELIGIOSAS NO PROCESSO MIGRATÓRIO DOS ITALIANOS PARA O PARANÁ

NOTES ON THE ROLE OF RELIGIOUS CONGREGATIONS IN THE MIGRATION PROCESS OF ITALIANS TO PARANÁ

 **Luciano José Toller**

Mestrando em Educação
Pontifícia Universidade Católica do Paraná -PUCPR.
Curitiba – PR – Brasil.
luciano.tollerscj@gmail.com

 **Evelyn de Almeida Orlando**

Doutora em Educação
Pontifícia Universidade Católica do Paraná -PUCPR.
Curitiba – PR – Brasil.
evelynorlando@gmail.com

Resumo: Ao migrarem para o Brasil, os italianos encontraram diferenças culturais que provocaram em instituições italianas, como algumas congregações religiosas, ações para atender as necessidades daquele povo. Esse artigo visa mostrar a contribuição de algumas congregações religiosas vindas da Itália durante o processo migratório no estado do Paraná no século XIX, a fim de entender seu papel na educação e na manutenção da cultura italiana para os imigrantes, a partir de uma revisão bibliográfica apoiada em referenciais como: Caira (2009), Kreutz (2010), Maschio (2012), Motin (2015), Poletto (2014) e Scarpim (2015) – que tratam da vinda e instalação dos italianos. É fundamental para a História da Educação considerar a inserção das instituições escolares que foram criadas e conduzidas por religiosas vindas da Itália com essa finalidade, e que se fazem presentes e relevantes ainda hoje em nosso território, impactando tanto na educação quanto na nossa cultura.

Palavras-chave: congregações religiosas; migração italiana; instituições escolares religiosas.

Abstract: When migrating to Brazil, the Italians found cultural differences that provoked in Italian institutions, such as some religious congregations, actions to meet the needs of that people. This article aims to show the contribution of some religious congregations from Italy during the migratory process in the state of Paraná in the 19th century, in order to understand their role in the education and maintenance of Italian culture for immigrants, based on a bibliographic review supported in references such as: Caira (2009), Kreutz (2010), Maschio (2012), Motin (2015), Poletto (2014) and Scarpim (2015) - which deal with the arrival and installation of the Italians. It is essential for the History of Education to consider the inclusion of school institutions that were created and led by religious from Italy for this purpose, and that are still present and relevant in our territory, impacting both education and our culture.

Keywords: religious congregations; italian migration; religious school institutions.

Para citar – ABNT NBR 6023:2018

TOLLER, Luciano José; ORLANDO, Evelyn de Almeida. Notas sobre o papel das congregações religiosas no processo migratório dos italianos para o Paraná. *Cadernos de Pós-graduação*, São Paulo, v. 21, n. 1, p. 148-162, jan./jun. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.5585/cpg.v21n1.21677>.

Introdução

Em meados do século XIX, viu-se iniciar o movimento imigratório dos povos europeus que, tendo em vista o alto índice de natalidade e as dificuldades socioeconômicas em seus países de origem, viram no Brasil uma oportunidade de encontrar melhores condições de vida (OLIVEIRA, 1986). Nesse período, o Brasil, cuja economia exportadora sofria um declínio por conta da redução da produção açucareira e da exploração do ouro e do diamante, tinha a entrada de imigrantes europeus como fundamental para o desenvolvimento do país – eles preencheriam os vazios demográficos em diversas regiões do território brasileiro, construindo, também, comércios, igrejas e escolas. Assim, o país recebeu em torno de 4,9 milhões de imigrantes das mais diversas etnias (RIBEIRO, 1995).

Um dos fatores que impulsionou a imigração europeia para o Brasil, especialmente a italiana, foi a vantagem de se tornar dono de terras maiores do que as que possuíam em suas nações de origem, “a concessão de lotes para o cultivo agrícola, principalmente pela política de subsistência dos estados do Sul por meio da agricultura familiar, garantia ao colono a posse da propriedade” (MASCHIO, 2012, p. 18). Segundo Motin (2015), o estado do Paraná – com a emancipação política de São Paulo, no ano de 1853 – criou políticas de incentivo que visavam, além da ocupação de terras, a busca por mão de obra. Nesse aspecto, os imigrantes foram destinados aos trabalhos em obras públicas, como a construção de estradas, e principalmente na agricultura de abastecimento, uma vez que a falta de produtos já era uma realidade presente em todo o Brasil (OLIVEIRA, 1986). Com esse forte incentivo, o governo paranaense desejava atrair colonos de cor branca, boa conduta e trabalhadores, para atuar na agricultura.

Tendo em vista a política imigratória, o Governo da Província do Paraná sancionou a Lei n. 29, em março de 1855, a qual dava legitimidade à entrada dos imigrantes em solo paranaense:

Art. 1º – Fica o governo autorizado a promover a imigração de estrangeiros para esta província, empregando neste sentido os meios que julgar mais convenientes, e preferindo sempre atrair os colonos e demais estrangeiros que já se acharem em qualquer das províncias do Brasil (NISHIKAWA, 2011, p. 104).

Devido à grande necessidade da ocupação do solo, o governo orientou sua política imigratória mediante pequenas propriedades de subsistência, que formaram diversas colônias próximas aos centros urbanos. Dessa forma, influenciaram, entre outros, o setor do ensino no Paraná (OLIVEIRA, 1986). Assim, os imigrantes tiveram um papel muito importante na formação de conglomerados regionais nas regiões sulinas, imprimindo características europeias na paisagem e no povo (RIBEIRO, 1995).

Motin (2015) e Maschio (2012) expõem que o processo imigratório italiano nesse estado se iniciou, em 1875, na região litorânea, instalando-se em Paranaguá, onde se fundou, inicialmente, a

Colônia Alexandra. No entanto, logo no início da instalação, os imigrantes mostraram-se descontentes, de modo que a colônia não progrediu. Vários foram os apontamentos para justificar esse fracasso, mas principalmente a insalubridade do solo (CAIRA, 2009). Posteriormente, em abril de 1877, o presidente da Província, Adolfo Lamenha Lins, rescindiu o contrato com Sabino Tripoti – agenciador italiano, proprietário da colônia – e retornou a assistência aos colonos no litoral, quando fundou a Colônia Nova Itália, na região de Morretes. Nessa região, eles poderiam contribuir com o desenvolvimento da indústria açucareira, visto que nos arredores de Curitiba já estavam instalados alemães e poloneses que desenvolviam o comércio e a produção alimentícia. Porém, da mesma forma que a colônia Alexandra, a Nova Itália não prosperou (MASCHIO, 2012).

Caira (2009) afirma que, logo após a sua chegada ao Brasil, os italianos verificaram que as promessas não eram totalmente verdadeiras. Enfrentaram muitos problemas: más condições de trabalho, condições climáticas desfavoráveis, além de uma remuneração que lhes dava condições apenas para sobreviver, o que contrastava com a primeira intenção desses grupos ao imigrarem para o Brasil, ou seja, a busca por um lugar onde pudessem viver com dignidade junto aos seus filhos.

Diversos autores destacam as doenças causadas por insetos e pelo clima como uma das causas pelas precárias condições das colônias. Eles também partilham a ideia de que as colônias litorâneas foram organizadas de modo a oferecer as condições mínimas aos imigrantes que ali se instalassem, poupando o governo de grandes dispêndios. Apesar de muitas delas contemplarem lotes com uma área dedicada à construção da casa da administração, da igreja, do cemitério e da escola, o abandono das colônias pela maioria das famílias italianas foi inevitável (MASCHIO, 2012, p. 53).

Os colonos foram de modo gradativo e diversificado sendo deslocados para a capital paranaense e redondezas. Grande parte se fixou em Curitiba e em colônias formadas nos arredores por meio de compras feitas pelo governo:

Antonio Rebouças, Santa Maria do Novo Tyrol da Boca da Serra, Dantas (Água Verde), Santa Felicidade, Alfredo Chaves, foram criadas neste período para abrigar aquele contingente imigrante que se deslocava para a Capital, conforme relatório do governo Rodrigo Octávio de Oliveira Menezes. Dos quase 4 mil imigrantes e descendentes instalados na colônia Nova Itália, 1.330 foram transferidos diretamente para essas colônias, o restante permaneceu no litoral ou se espalhou nas diversas regiões da Província (MASCHIO, 2012, p. 58).

Algumas famílias, a partir de iniciativas particulares, contribuíram com atividades ligadas ao comércio e à indústria, alguns como operários, outros como proprietários. Predominantemente se instalaram nas áreas urbanas, sendo que aqueles que chegaram com posses, abriram fábricas e comércios. Logo, criaram um vínculo com a sociedade, frequentando igrejas e escolas públicas centrais da capital. Aqueles que se instalaram nos arredores de Curitiba, eram, em sua grande maioria,

trabalhadores agrícolas que buscavam uma organização semelhante às comunidades rurais da região. Buscavam a ajuda do governo e, ao mesmo tempo, providenciavam de forma particular ações que garantissem as condições mínimas para iniciar sua vida na nova pátria (MASCHIO, 2012). Após o entusiasmo inicial, os imigrantes passaram a perceber as dificuldades que tinham que enfrentar, tais como assistência médica onerosa, falta de escolas e isolamento excessivo (CAIRA, 2009).

Essas colônias cumpriram “a mesma função da colonização alemã e polonesa: o abastecimento da cidade com produtos que advinham da agricultura de subsistência” (MASCHIO, 2012, p. 59). A Colônia do Novo Tyrol, que atualmente corresponde ao município de Piraquara, foi a única dentre as criadas em 1890 que contemplou em seu planejamento de divisão de lotes o lugar para a administração, a escola e a capela. A Colônia Alfredo Chaves, que atualmente corresponde ao município de Colombo, seguiu semelhante organização territorial, sendo dividida em lotes urbanos e rurais. Porém, diferente da colônia do Novo Tyrol, ela não contemplou lugar para a construção de uma escola. A entrega de suas casas, construídas pelo governo, e dos títulos provisórios de seus lotes aconteceu em janeiro de 1879, ao mesmo tempo em que a colônia foi emancipada. Nessa mesma data, foram “solicitadas as construções de uma igreja, um cemitério e uma escola. Em meados daquele ano, os próprios colonos providenciaram estas construções em virtude da demora em serem atendidos pelo governo” (MASCHIO, 2012, p. 65).

Mais distante ainda da capital estava a Colônia de Antônio Rebouças, com menor extensão entre as colônias citadas, composta por terras que integravam o município de Campo Largo. Seu nome homenageia o Engenheiro Antônio Pereira Rebouças, irmão do Engenheiro André Rebouças, um dos responsáveis pela construção da estrada de ferro entre Curitiba e Paranaguá. Estavam mais próximas da cidade as Colônias Dantas e Santa Felicidade. A colônia Dantas foi adquirida mediante Pecúlio junto à Câmara Municipal de Curitiba e recebeu o nome em homenagem ao presidente da província Manoel Pinto de Souza Dantas, sendo conhecida pelo nome Água Verde por localizar-se próxima ao rio de mesmo nome. A outra colônia, Santa Felicidade, em homenagem a antiga proprietária, foi formada por meio de compras particulares e abrigou uma parte das famílias do litoral do Paraná (MASCHIO, 2012).

Ao se instalarem nessas colônias, os imigrantes traziam consigo sonhos, expectativas e costumes próprios. À medida que essas famílias se instalavam, foram surgindo necessidades, como religião e educação. Devido às reivindicações por parte dos colonos, instituições italianas, como é o caso de algumas congregações religiosas, fizeram uma movimentação estabelecendo ações que buscavam atender às necessidades daquele povo, demonstrando que essas famílias não estariam sozinhas nesse processo.

Visamos mostrar neste artigo a contribuição de algumas congregações religiosas vindas da Itália durante o processo migratório no estado do Paraná, a fim de entender sua participação na educação e na manutenção da cultura italiana para os imigrantes.

Por meio de revisão bibliográfica, pretendemos responder à questão central que nos guia: nesse processo de imigração para o Paraná, qual o papel das congregações religiosas italianas na manutenção da cultura italiana e da fé católica e no provimento de educação?

Feita essa breve introdução ao objeto, passamos à questão da educação para os italianos recém-chegados em terras brasileiras.

Educação para os italianos imigrantes

Para Chartier (2002), a História Cultural tem como objeto principal o modo pelo qual os grupos sociais, em diferentes lugares e momentos, constroem uma determinada realidade. Sobre a escola, sua representação – significação construída para o mundo social no contexto da modernidade – é a de uma instituição capaz de salvar e projetar socialmente o indivíduo, ou seja, a escola assume não só uma função civilizatória, como também emancipatória. Assim sendo, a instituição escolar se torna uma demanda. Com os italianos recém-chegados não seria diferente. A escola representava muito mais do que um lugar para se adquirir conhecimentos técnicos, era também lugar de manutenção da cultura italiana. Segundo Caira (2009, p. 20), “Cada uma dessas populações recriou, onde se estabelecia uma pequena comunidade, um pedaço da Itália em que mantinha os usos e os costumes da região de origem. Isso garantiu a preservação de muitas tradições italianas em território brasileiro”. A escola fazia parte desse projeto.

Segundo Maschio (2012), no advento da República, os discursos traziam muitas críticas relacionadas à qualidade do ensino, com professores e metodologias ineficazes. Entre as necessidades, para a construção de uma identidade nacional, encontrava-se a da revisão na condição educacional – era preciso civilizar o povo. A estratégia de luta republicana passava pela educação e, a partir de suas ideias, houve a ampliação de um discurso direcionado às necessidades de políticas educacionais voltadas para a difusão da alfabetização e do ensino primário. Apesar de as autoridades começarem a oferecer instrução nas regiões da colonização, as empreitadas republicanas resultaram mais em ideias do que em efeitos práticos, posto que essas ações eram muito tímidas.

Sobre a importância da implantação de escolas na percepção dos colonos italianos, Maschio (2012, p. 45-46) reflete que:

Grande parte dos imigrantes trentinos ou tirolezes chegados ao Brasil, tinham convicções da importância da escola por estarem inseridos nesta política de obrigatoriedade escolar ainda na sua região de origem. Dessa forma, é possível inferir que para alguns imigrados o interesse pela escola estava ligado à preocupação da transmissão e a manutenção da cultura recebida ainda no país de origem, a exemplo do Tirol Italiano (região de Trento), de onde partiram especificamente as famílias que se estabeleceram na colônia paranaense Santa Maria do Novo Tyrol da Boca da Serra.

Padre Pietro Cobalchini, missionário scalabriano, acreditava que a instrução era um importante elemento para a manutenção da moralidade pública, além da escola assumir uma função civilizadora e humanizadora. Sua preocupação com o ensino tinha como motivação, dentre outras, o fato de o catecismo fazer parte dos ensinamentos ministrados pela escola na época (MASCHIO, 2012). Porém, ao contrário do que pensava Padre Pietro Cobalchini, “a escola foi utilizada como instrumento que concorria para a moralização dos costumes e para a adaptação social dos filhos dos colonos” (MASCHIO, 2012, p. 69).

Sobre o programa de ensino, “abrangeria: a instrução moral e religiosa, leitura, escrita, noções gerais de gramática, elementos da aritmética, desenho linear, estudos simétricos, prendas domésticas para as meninas e história e geografia da Província” (MASCHIO, 2012, p. 72-73). Isto é, desejava-se ensinar características brasileiras para os imigrantes estrangeiros.

Em meados do século XIX, o ensino primário encontrava-se em péssimas condições, o que frequentemente era justificado por questões financeiras. Apesar de o governo admitir a falta de recursos financeiros, também se considerava como fatores motivadores: a falta de professores habilitados, a falta de uma inspeção escolar eficiente e o desleixo por parte dos pais. Quanto a esta última alegação, contrastava o fato de haver existido uma ampla reivindicação documentada por parte dos pais para o atendimento elementar escolar. Os colonos consideravam que a ação do governo em núcleos coloniais, por se tratar de espaços coletivos, era necessária.

A falta de professores habilitados era um problema constante. Os professores em regime de contrato, conforme regulamentado, deveriam assumir a cadeira, enquanto o governo não encontrasse ninguém apto a substituí-los. Dessa forma, ficavam por longos anos assumindo o quadro do magistério público. Também foi relatada a grande dificuldade na criação de escolas femininas. O pouco interesse do governo em admitir professores estrangeiros era evidente, bem como em dispensar mais recursos financeiros para onde já havia escola pública (MASCHIO, 2012).

Também foram documentados pedidos por parte dos imigrantes para a criação de escolas públicas na Colônia Alfredo Chaves. A solicitação era para a criação de uma escola mista, frequentada por meninos e meninas. Em 1885, ocorre uma nova chegada de imigrantes, o que provocou considerável aumento de alunos.

A tarefa de criar escolas públicas nas colônias era simples, mas a de provê-la não era fácil, assim também como não o era em toda a Província. Se tomarmos como referência o tempo entre a instalação dos colonos e a abertura das escolas, vemos que com exceção da colônia Novo Tyrol, a qual desde a organização e divisão dos lotes já contemplava o lugar para a escola pública, levando o governo a provê-la mais rapidamente, esse período de intervalo durou pelo menos quatro anos (MASCHIO, 2012, p. 82).

Na busca por soluções para o atendimento escolar nas colônias, quando da negativa ou demora por parte do governo, as famílias de imigrantes resolviam a situação, com iniciativas escolares étnico-comunitárias. Assim, além de suprir a falta de escolas públicas, exerciam um papel importante na manutenção da identidade étnica. Ao longo do tempo, essas iniciativas particulares foram se tornando públicas e vistas como uma contribuição deste contingente estrangeiro na institucionalização da escolarização nas regiões colonizadas (MASCHIO, 2012).

Maschio (2012, p. 90) afirma que “a criação de escolas particulares era uma atitude amplamente motivada pelos governos paranaenses, que não dispunham de condições necessárias para atender a totalidade das demandas educacionais”. Por esse motivo, no final do século XIX, quando ocorria a constituição da escolarização nas colônias em diversas regiões do Paraná, o funcionamento permanente das aulas dependia em grande parte dos próprios pais dos alunos. Se, por um lado, as escolas étnicas se apresentavam como uma solução para a falta de escolas, por outro, os pais tinham dificuldade financeira em mantê-las funcionando.

Tanto a Colônia Dantas quanto Santa Felicidade registraram o funcionamento de escolas particulares (étnico-comunitárias) que, progressivamente, foram fazendo solicitações de subvenções (auxílios pecuniários). Essas iniciativas deixam claro os anseios dos imigrantes em relação às escolas, que, de maneira bastante acentuada, contribuíram para a constituição do ensino público. A organização das escolas comunitárias revelava uma estratégia por parte dos colonos. Se, de um lado, buscavam diminuir o tempo das crianças sem escola, por outro, tentavam convencer o governo quanto à necessidade de escolas públicas. Desejavam escolas públicas, porém sob a regência de professores italianos (MASCHIO, 2012).

No final do século XIX, nada se falava sobre a escolarização do imigrante. A partir do século XX, a falta de escolas nas colônias tornou-se um problema, sendo necessário aumentar o número de escolas primárias com a intenção de ensinar a língua portuguesa aos imigrantes e aos seus descendentes. Entre os governantes, era visível a intenção de colaborar com a nacionalização do imigrante. Maschio (2012) lembra que não havia muitos abaixo-assinados das famílias imigrantes pedindo escolas, mas havia um conjunto de legislação que buscava regularizar, ampliar e padronizar o ensino nas colônias. Isto é, o ensino público nas colônias italianas deixou de ser uma reivindicação da comunidade e passou a fazer parte da política nacional e estadual de ensino.

Pouco se tinha regulamentado sobre a necessidade da criação de escolas nas colônias, sendo

possível citar apenas duas regulamentações: a Instrução Pública do Paraná, de 29 de janeiro de 1890; e o Ato, de 30 de março de 1899. Ambos consideravam uma cadeira pública em povoados onde fossem identificados números suficientes para a criação de uma turma em condições de aprender (MASCHIO, 2012).

Devido à não existência de uma legislação educacional para imigrantes, esse ponto foi tratado de forma aleatória, sendo que, em algumas colônias, havia lotes previstos para a construção de escolas, enquanto em outras não. A construção das escolas públicas nas colônias se deu a partir de iniciativas particulares ou por reivindicações dos colonos junto ao governo (MASCHIO, 2012). Isto é, a educação era, por vezes, provida pelo governo dos estados onde se instalavam; outras, quando a demanda não era suprida, os próprios colonos organizavam e criavam as escolas.

Essas instituições de ensino tinham o apoio financeiro do governo italiano, uma vez que as escolas italianas no exterior eram a principal forma de difundir sua língua e cultura (SALVETTI, 2014). Sobre isso, é importante lembrar que a língua traz consigo uma visão de mundo, valores morais e sociais, ou seja, sua preservação significa manter uma identidade cultural. Além do governo italiano, contavam com o apoio de religiosos, resultando em uma educação com preceitos do catolicismo (PRADO, 2014).

Em suma, os colonos organizaram instituições de ensino particulares, comunitárias ou subvencionadas, sendo que nas escolas étnicas – mantidas por associações ou por instituições religiosas – priorizava-se a educação católica. Importante ressaltar aqui que, devido às reivindicações por escolas públicas, esses imigrantes contribuíram para o processo de expansão do ensino primário no estado.

Nesse período, o Estado previa a laicização das instituições educacionais públicas. Por isso, foram abertas escolas católicas onde a Igreja pudesse disseminar seus ideais e prover a necessidade da fé dos imigrantes e de seus filhos – homens do campo, com grandes laços familiares, majoritariamente católicos. Então, as congregações católicas adentraram o país para atender esses imigrantes, com trabalhos sociais, religiosos e educacionais – sendo parte de uma estratégia e assistencialismo da Igreja.

Essas escolas confessionais nas colônias contribuíram de forma significativa para a formação da sociedade brasileira em sua totalidade – moral, religiosa e educacional. Daí vemos a influência que exerceram: “[...] o poder simbólico é, com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem” (BOURDIEU, 1989, p. 7-8). As escolas católicas italianas no Paraná reafirmavam a relação entre fé católica e a italianidade¹ por manterem características culturais do país de origem

¹ Ou *italianità*, que se trata de um movimento para conservar as características sociocultural e econômico-políticas da sociedade colonial, mantendo laços com o local de origem. Dessa forma, a assistência escolar dos emigrados foi utilizada como instrumento para inculcar o sentimento de *italianità*, que, vale lembrar, “foi um sentimento nato dos italianos, mas também um produto engendrado e imposto pelos agentes do governo italiano na tentativa de forjar uma identidade nacional” (MASCHIO, 2012, p. 28), já que a Itália ainda não era uma nação unificada nesse período migratório.

da congregação à frente dos colégios:

[...] o colégio não é somente um lugar de aprendizagem de saberes, mas é, ao mesmo tempo, um lugar de inculcação de comportamentos e de hábitos que exige uma ciência de governo transcendendo e dirigindo, segundo sua própria finalidade, tanto a formação cristã como as aprendizagens disciplinares (JULIA, 2001, p. 22).

Algumas foram as congregações que estabeleceram a relação entre educação e religião, resultando em práticas marcadas pela fé católica, pelos valores da família e pelos costumes dos imigrantes. Isso tudo ajudou a reforçar a identidade cultural, inclusive a cultura escolar de diversas cidades em vários estados (MOTIN, 2015).

Sobre as atribuições dadas às congregações pelos políticos locais e pelas autoridades eclesiásticas, “algumas foram chamadas especificamente para cuidar de santuários, outras para gerenciar editoras, outras ainda para oferecer atendimento a crianças, jovens e ‘pessoas com deficiências’, e para servir em hospitais ou fundar colégios” (BITTENCOURT, 2017, p. 41). Quando convidadas, por membros das elites ou do clero, as congregações já recebiam seus destinos e especificações acerca dos serviços a serem prestados².

Poletto (2014, p. 25) entende que

a presença de congregações em terras brasileiras não se explica por um único e exclusivo motivo, mas sim por uma gama de fatores, como a revitalização do catolicismo no país, o número ascendente de imigrantes e o incentivo à educação como promotora da religião católica. Todos esses aspectos fizeram com que as últimas décadas do século XIX e as primeiras do XX fossem marcadas pelo grande número de congregações religiosas que chegaram e se consolidaram no Brasil.

Contribuição de algumas Congregações italianas no Paraná

Dentre as congregações que vieram para o Brasil dar apoio aos imigrantes, podemos citar a Congregação Passionista, que veio para o Brasil em 1915 na presença dos Padres Passionistas, e a de 1927 a 1933, na presença das Irmãs. Essa ordem religiosa teve grande influência na antiga colônia Alfredo Chaves, hoje município de Colombo/PR (MOTIN, 2015).

Os Padres Passionistas se estabeleceram em Colombo, no ano de 1915, e ali fundaram uma igreja. Para o município, trouxeram os valores da terra de origem dos imigrantes italianos. Junto à comunidade, eles construíram um colégio católico que, em 1927, contou com as Irmãs Passionistas que também se instalaram em Colombo. Dessa maneira, compuseram uma cultura escolar que, como qualquer outra, “[...] não pode ser estudada sem a análise precisa das relações conflituosas ou pacíficas que ela mantém, a cada período de sua história, com o conjunto das culturas que lhe

² Vale lembrar da existência de uma historiografia da educação que vem atentando para o lugar das congregações na História da Educação no Brasil. A esse respeito, ver: Bittencourt (2017), Leonardi (2010, 2016), Rogers (2014), dentre outros.

são contemporâneas: cultura religiosa, cultura política ou cultura popular” (JULIA, 2001, p. 10).

Os Passionistas permitiram um novo olhar sobre as práticas e os símbolos religiosos e escolares, enfatizando características de uma sociedade predominantemente composta por imigrantes italianos, especialmente da região de Vêneto. Estes tinham valores familiares e religiosos bem marcados, sobre os quais a fé católica tinha grande influência e refletia no cotidiano dos imigrantes italianos (MOTIN, 2015).

A congregação Scalabriana também teve grande influência na imigração italiana. A figura do Padre Pietro Colbachini foi um grande referencial à manutenção dos valores sociais, familiares, morais e éticos, apoiado no catolicismo ultramontano (SCARPIM, 2015).

Padre Pietro, depois de ficar 10 anos no Brasil – grande parte desse tempo no estado do Paraná –, retornou à Itália por conta de um problema de saúde. Nessa oportunidade, reportou a seu superior as dificuldades encontradas em solo brasileiro pelos imigrantes italianos. Por esse motivo, seu superior e fundador da congregação Scalabriana, Padre Giovanni Battista, viu a necessidade da criação de um guia missionário para os colonos italianos, especialmente na ausência do sacerdote (SCARPIM, 2015).

Atendendo a esse pedido, Padre Pietro escreveu o “*Guida Spirituale dell’immigrante italiano*”, que serviria de manual para os imigrantes. Além de oferecer suporte espiritual através de orações e orientações para os fiéis na ausência do sacerdote, esse guia oferecia orientações práticas para o dia a dia dos colonos italianos. Como o próprio Padre Pietro falava, “o guia era um manual para a saúde da alma e do corpo, ou então, um manual da vida prática do bom católico” (SCARPIM, 2015, p. 96).

No tempo em que esteve em terras paranaenses, mais precisamente em Curitiba, Padre Pietro foi o responsável pela fundação de muitas igrejas, sendo a Paróquia de Santa Felicidade a de maior expressão. Além desta, ajudou a fundar mais 16 igrejas nas diversas colônias nos arredores de Curitiba (SCARPIM, 2015). Padre Pietro defendia o conservadorismo da Igreja Católica, mas também defendia o diálogo entre a política nacionalista italiana e a fé católica.

Além da presença e do trabalho do Padre Pietro, a ordem Scalabriana teve papel importante na educação dos colonos. O então Bispo de Piacenza, Giovanni Battista Scallabrini, com a intenção de manter e propagar a cultura católica entre os imigrantes italianos e promover as vocações religiosas, enxergava na educação uma ponte entre os colonos e a fé católica (MASCHIO, 2012).

Além de sua preocupação com a educação dos colonos italianos no Brasil, o Bispo Scallabrini teve importante contribuição na produção do conteúdo da carta Apostólica “*Quam Aelurummosa*”, que foi enviada pelo Papa Leão XIII em 1988 aos Bispos americanos. Este foi o primeiro documento oficial da Igreja Católica que objetivava o amparo espiritual dos imigrantes italianos

(SCARPIM, 2015).

Mesmo entendendo a grande importância da educação para a propagação do catolicismo, o Bispo Scallabrini percebeu que seria a manutenção a parte mais difícil do seu projeto de fundação de uma escola que integrasse catequese, primeiras aprendizagens e a promoção das vocações dos filhos dos colonos. Dessa forma, decidiu delegar tal função à congregação feminina das Apóstolas do Sagrado Coração de Jesus, que deu início ao trabalho de formação católica, atrelada à escolarização elementar (MASCHIO, 2012).

Vale lembrar que, somente depois da saída do Padre Pietro, o diálogo entre os missionários italianos e o governo pôde ocorrer de maneira salutar. Esse fato foi decisivo para que as escolas confessionais católicas, que estavam sob os cuidados das Apóstolas do Sagrado Coração de Jesus, fossem abertas 4 anos após a saída do Padre Pietro Colbacchini, que se deu no ano de 1896 (MASCHIO, 2012).

Assim, outra congregação religiosa que teve grande influência e impacto na imigração italiana em Curitiba foi a das Apóstolas do Sagrado Coração de Jesus, que, por intermédio do Bispo de Piacenza, assumiu a responsabilidade pela escolarização de colonos italianos (MASCHIO, 2012). As Irmãs, que chegaram no Brasil em 1900, trouxeram consigo uma cultura fundamentada nos valores familiares, no catolicismo e no cultivo das terras. As escolas confessionais tinham por objetivo, além de organizar a escolaridade, instituir a fé católica por meio da catequese e da escolarização dos filhos dos colonos, auxiliando na formação moral, religiosa e educacional da população (ASCJ, 2019).

As Irmãs, inicialmente enviadas para Curitiba, vieram para trabalhar na escola paroquial do bairro de Santa Felicidade, denominada Escola Imaculada Conceição, a fim de atender às famílias italianas que ali se instalaram. Scallabrini as enviou para colaborar na manutenção da fé daquele povo, construindo uma escola junto à paróquia. De 1900 a 1938, funcionou como escola paroquial, depois, de 1939 a 1956, foi denominada Externato Santa Felicidade, atendendo ao ensino primário. Em 1957, abrangendo também o ginásio, foi inaugurado o novo prédio, com o nome de Ginásio Imaculada Conceição. Em 1973, recebeu a denominação Escola Imaculada Conceição, com os cursos infantil e fundamental.

Entre 1900 e 1915, já havia cem Irmãs presentes no Brasil. Assim, com força em terras brasileiras, elas fundaram, em Curitiba, em 1915, com inauguração em 1918, o Colégio Sagrado Coração de Jesus. Neste, foi proposta a formação ética e cristã dos seus educandos, de forma que abrangesse o desenvolvimento do indivíduo no aspecto intelectual, cívico e espiritual. Inicialmente, humildemente instalado em uma casa paroquial, limitou-se ao ensino primário, seguindo o programa curricular da Itália, com os acréscimos da história, geografia e língua do Brasil. Além das

disciplinas do currículo, as Irmãs ofereciam aulas especiais de piano, violino, acordeom, pintura e desenho.

De 1918 a 1940, o Colégio Sagrado Coração de Jesus, sob a direção da Irmã Laura Orsini (1918-1938), foi se desenvolvendo e oferecendo níveis de ensino gradativamente. Assim, inicialmente, as Irmãs se utilizaram do programa curricular italiano, porém isso foi sendo alterado para atender às exigências de políticas públicas educacionais (LIMA, 2018). No começo era misto, voltado ao ensino primário; mas, com o passar do tempo, tornou-se um colégio feminino. Participando do internato, “as alunas recebiam um regulamento contendo questões referentes à disciplina; meios de emulação; cursos; exames; condições de admissão; horário; período letivo e as contribuições” (LIMA, 2018, p. 59).

De vários pontos demonstrados no regulamento, vale um destaque à disciplina, principalmente pelas diferenças com os dias de hoje. As penalidades impostas por infração do regulamento eram repreensão em particular; trabalho para escrever ou lição para estudar; perda dos pontos que fornecem direito à inscrição do nome ao quadro de honras; privação do recreio; privação da saída mensal e eliminação do estabelecimento nos casos de insubordinação. Essas penalidades refletem o ensino tradicional da época, focado principalmente na instrução e na disciplina (LIMA, 2018, p. 59-60).

Posteriormente, o Colégio se mudou para uma sede maior e mais bem equipada, no local onde hoje se encontra a sede da Avenida Iguazu. Segundo Maschio (2012), essa escola não ficou restrita aos filhos de imigrantes italianos, mas atendeu boa parte das famílias nacionais da região. O Colégio oferecia então os cursos pré-primário (a partir dos 5 anos) e primário (com duração de 4 anos). No ano de 1938, a Irmã Melania Galli deu início ao Secundário – dividido em curso ginásial (1º ciclo com 4 séries) e colegial (2º ciclo com 3 séries) –, que poderia ter orientação clássica ou científica³. Porém, somente em 1943 o Colégio recebeu autorização definitiva para seu funcionamento.

Importante lembrar que, nessa época, por conta do projeto de nacionalização – o governo acreditava que a língua era o principal foco de resistência das comunidades de imigrantes –, proibiu-se o ensino e o uso de outras línguas que não o português nas escolas.

Em 1946, o Colégio foi autorizado pelo Governo do Estado a constituir o curso normal, no 2º ciclo, sendo denominado Escola Normal Sagrado Coração. Além desse, teve início o jardim de infância.

Atualmente, há registro de 82 Irmãs exercendo a missão em Curitiba. As anciãs e enfermas

³ Em conformidade com a legislação nacional, a reforma de ensino da Lei 5.692, de 1971, extinguiu o curso científico, fazendo com que o Colégio passasse a oferecer cursos técnicos de nível médio: curso técnico de secretariado e curso técnico de laboratórios médicos. Na década de 1980, ofereceu o curso propedêutico, o curso de datilografia e o curso adicional para a formação do professor. Em 1996, ocorreu uma mudança importante, o Colégio que era tradicionalmente feminino, voltou a receber também o público masculino.

participam como apóstolas adoradoras, e as demais atuam na direção de quatro Unidades Educativas da Rede de Educação Sagrado em Curitiba (Santa Felicidade, Água Verde, Batel e Capão Raso) e na Escola Social Coração de Jesus em Piraquara (ASCJ, 2019).

Paralelamente, em janeiro de 1956, fundaram o Externato Santa Teresinha do Menino Jesus, ofertando o curso primário. A partir de 1958, passaram a oferecer também o ensino ginásial e, de 1964 a 1973, o curso normal. Em 1974, o externato passou a ter o nome de Escola Santa Teresinha do Menino Jesus. Em 1986, a escola deixou de ser exclusivamente feminina: “A fim de possibilitar o desenvolvimento da aptidão musical, dos valores culturais, sociais e religiosos, a Escola criou, em 1995, o Coral Infante-Juvenil Santa Teresinha. E, em 1997, foi fundada a Banda Musical Santa Teresinha” (ASCJ, 2019, p. 52).

Em 1957, em uma pequena sala da Capela São José, iniciou-se a Escola Social Madre Clélia na Vila Feliz. Com caráter social, atendia aos carentes e necessitados com público misto. Atualmente, com a intitulação de Colégio Social Madre Clélia, conta com turmas da pré-escola ao ensino médio, assumindo “uma dimensão cristã não como um acréscimo, mas como fundamento de todas as suas atividades” (ASCJ, 2019, p. 54).

É importante salientar que as congregações italianas citadas e as demais congregações vieram para o Brasil para darem suporte aos colonos italianos. Aqui chegando, viram a possibilidade de expandir o catolicismo, numa época em que o Brasil via a fé católica ser ameaçada por diversos desafios (MOTIN, 2015).

Considerações

Juntamente à chegada dos imigrantes italianos no Brasil, viu-se congregações católicas também adentrando em solo brasileiro para dar assistência ao povo imigrante através de trabalhos sociais e religiosos, incluindo a coordenação de escolas. Com o advento da república no Brasil e a laicização do Estado, a Igreja perde o espaço oficial na educação pública e sofre algumas ameaças pelas propostas do ensino laico. Desta maneira, a Igreja Católica se utilizou da educação como estratégia para disseminar seus ideais, tendo conseqüentemente um aumento na abertura de escolas católicas.

Principalmente no sul do Brasil, algumas ordens religiosas viram na imigração uma forma de expandir seus trabalhos missionários. Além disso, com o ingresso dos religiosos, muitos aspectos culturais da terra de origem foram preservados e mantidos, especialmente a fé católica. Dessa maneira, vimos que as necessidades das famílias vindas da Itália, como religião e educação, foram

atendidas por instituições italianas e por congregações religiosas que migraram para contribuir com essa assistência.

As comunidades italianas contribuíram expressivamente na constituição e na ampliação da escolarização no Brasil. Todavia, as medidas de nacionalização, a partir de 1915, levaram à forte fiscalização por parte do poder público, extinguindo-se as escolas italianas, reforçando o ensino do idioma nacional e proibindo o uso de qualquer dialeto italiano. Eram observadas iniciativas de governantes de diversos estados que buscavam favorecer a nacionalização das escolas étnicas. Nesse processo, essas escolas passam a representar o lugar para a formação do homem nacional. No entanto, as comunidades italianas, assim como as alemãs, apresentaram resistência a esse processo de apagamento de suas marcas. Os imigrantes, bem como as congregações, usaram de estratégias para seguir com sua cultura e suas práticas; a citar, na exigência do governo de se contratar professores brasileiros, professores estrangeiros eram mantidos como auxiliares ou sem assinar contrato; também, a oferta do ensino facultativo da língua estrangeira que havia sido proibida (FIGUEIREDO, 2016).

Referências

APÓSTOLAS DO SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS (ASCJ). *Identidade Institucional*. 2019. Disponível em: <http://apostolaspr.s3-sa-east-1.amazonaws.com/publications/files/77.pdf?1590788769>. Acesso em: 30 jun. 2021.

BITTENCOURT, A. B. *A era das congregações – pensamento social, educação e catolicismo*. Pro-Posições, v. 28, n. 3 (84), p. 29-59, set./dez. 2017.

BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S.A, 1989.

CAIRA, R. *O italiano falado em Curitiba por um grupo de falantes nativos que vive no Brasil há cerca de cinquenta anos*. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Estadual de São Paulo, São Paulo, 2009.

CHARTIER, R. *A história cultural: entre práticas e representações*. Trad. Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difusão Editora, 2002, p. 13-28.

FIGUEIREDO, M. *A nacionalização do Ginásio Teuto-Brasileiro Farroupilha: um complexo jogo de adesões e resistências (1937-1945)*. In: encontro estadual de história da ANPUH/RS, 13., 2016, Santa Cruz do Sul. *Anais*. Disponível em: http://www.eeh2016.anpuh-rs.org.br/resources/anais/46/1472688069_ARQUIVO_FIGUEIREDOMileneANPUH.pdf. Acesso em: 20 jan. 2022.

JULIA, D. *A cultura escolar como objeto histórico*. Revista Brasileira de História da Educação, Campinas/SP, n. 1, p. 9-44, 2001.

- KREUTZ, L. *Escolas étnicas no Brasil e a formação do estado nacional: a nacionalização compulsória das escolas dos imigrantes (1937-1945)*. Poiesis, v. 3, n. 5, p. 71-84, 2010. Disponível em: <http://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/Poiesis/article/view/527>. Acesso em: 6 nov. 2018.
- LEONARDI, P. *Além dos espelhos*. Memórias, imagens e trabalhos de duas congregações católicas. São Paulo: Fapesp/Paulinas, 2010.
- LEONARDI, P. *Educação e catolicismo*. Pensar a Educação em Revista, Curitiba/Belo Horizonte, v. 2, n. 4, p. 3-23, out./dez. 2016.
- LIMA, R. F. B. de. *Colégio Sagrado Coração de Jesus: 100 anos de excelência e tradição (1918-2018)*. Curitiba, 2018.
- MASCHIO, E. C. F. *A escolarização dos imigrantes e de seus descendentes nas colônias italianas de Curitiba, entre táticas e estratégias de Italianitá e Brasilitá (1875-1930)*. Tese (Doutorado em Educação) – Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012.
- MOTIN, M. F. *Educação e religião: a congregação passionista e sua relação com os imigrantes italianos (vênetos) do município de Colombo/PR*. In: simpósio nacional de história, 28, 2015, Florianópolis.
- NISHIKAW, R. B. *SER imigrante, ESTAR colono: o processo de transformação dos imigrantes em colonos na Província do Paraná*. Antíteses, v. 4, n. 7, p. 99-126, jan./jun. 2011. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/antíteses>. Acesso em: 20 jan. 2022.
- OLIVEIRA, M. C. M. de. *Os imigrantes e o ensino na província do Paraná*. Educ. ver, n. 5, jan./dez. 1986.
- POLETTO, J. T. *Colégio Sagrado Coração de Jesus, Bento Gonçalves/RS (1956 – 1972): processo identitário e cultura escolar compondo uma história*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2014.
- PRADO, E. M. *Acondicionamento das escolas de primeiras letras paulistas no período que compreende os anos de 1877 e 1910*. In: História da Escola dos Imigrantes Italianos em Terras Brasileiras. 2014.
- RIBEIRO, D. *O povo Brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- ROGERS, R. *Congregações femininas e difusão de um modelo escolar: uma história transnacional*. Pro-Posições, Campinas (SP), v. 25, n. 1, p. 55-74, jan./abr. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pp/v25n1/v25n1a04.pdf>. Acesso em: 28 out. 2016.
- SALVETTI, P. *Governo italiano, diplomacia e escolas italianas no exterior*. In: História da Escola dos Imigrantes Italianos em Terras Brasileiras. 2014.
- SCARPIM, F. A. *Um guia para a saúde do corpo e da alma: o ideal de catolicidade proposto pelo Padre Pietro Colbachini para imigrantes italianos*. Rever, v. 15, n. 1, 2015.